



**ACÓRDÃO Nº164/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11397/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tefé
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** João Paulo Rodrigues Nascimento (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Antônio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 430/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Quitação. Determinação. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Tefé**, exercício de **2020**, sob a responsabilidade do **Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento**, na condição de Ordenador de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) relativamente às restrições 10.12.3, 13, 13.2 "item e" e 13.3 "item e" constantes no Relatório Conclusivo nº 162/2021-DICAMI, listadas no corpo do Relatório-Voto, não sanadas, nos termos do art. 308, VII, da Resolução 04/2002-TCE/AM c/c art. 54, VII, da Lei nº 2423/96, e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III,



**ACÓRDÃO Nº164/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Recomendar** à Câmara Municipal de Tefé que:

**10.3.1.** Observe e cumpra o prazo de remessa dos balancetes mensais via Portal e - Contas a este Tribunal, conforme estabelece a Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015;

**10.3.2.** Observe ao que determina o art. 94 da Lei nº 4.320/64, relativo aos bens de caráter permanente do referido poder municipal, com o devido número de tombo, número da nota fiscal, data da aquisição, valor, identificação, localização e responsáveis pela guarda e administração, de preferência de forma eletrônica;

**10.4. Dar quitação** ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento, nos termos dos arts. 24 e 72, II, ambos da Lei nº 2423/96 c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, após o cumprimento do item 10.2.

**10.5. Determinar** à próxima Comissão de Inspeção da DICAMI vindoura para que observe se os prazos de remessa e publicação de dados ao sistema e-Contas foram cumpridos, bem como os prazos de remessas dos Relatórios de Gestão Fiscal – RGF, em conformidade com o disposto no art. 32, II, “h”, da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c Resoluções TCE 15 e 24/13, caso contrário, aplique as sanções previstas no art. 54, inciso VII, da Lei nº 2.423/93, por reincidência neste tipo de violação ao diploma legal supra;

**10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, *caput*, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, comunicando ao Sr. João Paulo Rodrigues Nascimento acerca do julgamento deste feito, encaminhando-lhe cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº164/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.7. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o cumprimento integral do *decisum*.

*Vencido o voto-destaque, proferido em sessão, do Conselheiro Convocado Luiz Henrique Pereira Mendes pelo irregularidade das contas, multa de R\$ 14.000,00 ao gestor e ciência aos interessados.*

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de Março de 2022

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral